

Ontologia do trabalho e “problema” da transformação

Gláucia Angélica Campregher
Carlos Águedo Nagel Paiva*

Não pretendemos aqui qualquer recuperação da história e dos termos do debate em torno da "transformação" (que, diga-se de passagem, são sobejamente conhecidos). Antes pelo contrário, quer-nos parecer que a máxima eficácia de nossa (necessariamente pequena) contribuição só pode ser extraída a partir da exposição, sem quaisquer preâmbulos, da essência de nossa própria leitura da questão.

Poderíamos resumir nosso próprio ponto de vista em torno do "problema da transformação" em três assertivas básicas: 1) o movimento de transformação dos valores em preços de produção intentado por Marx no nono capítulo do Livro III de *O Capital* é essencialmente equivocado, e isto não porque este autor não alcance transformar simultaneamente os valores do capital constante e do produto final (o que torna falaciosa sua demonstração da "dupla igualdade" dos somatórios de mais-valia e lucro, e valores e preços), mas porque *é logicamente inconsistente qualquer tentativa de transformação* (algébrica ou não) *de valores em preços*; 2) os desenvolvimentos teórico-modelísticos mais recentes em torno dos determinantes sistêmicos dos preços relativos - derivados das contribuições de Bortkiewicz e (fundamentalmente) Sraffa -, se ainda não foram capazes de instrumentalizar uma **teoria** efetivamente consistente e acabada dos preços¹, geraram todo um conjunto de contribuições cujo reflexo relevante sobre a questão marxista da "transformação" é a de **superar** esta questão (na exata medida em que tanto "a resolvem" como, em certa dimensão, "a negam"); 3) o movimento de superação do problema da transformação é absolutamente salutar ao projeto teórico marxista da *crítica da economia política*, na medida em que determina a supressão de "elos ricardianos" no interior da construção teórica mais geral de Marx que cumpriam o papel de asfixiar esta mesma construção, inibindo seu

* Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

¹ Voltaremos a este ponto mais adiante, mas desde logo é importante se ter claro que, do nosso ponto de vista, o neo-ricardianismo não é capaz de estruturar uma teoria dos preços *sequer ao nível mais abstrato dos preços sistêmicos de reprodução definidos ao nível de um modelo ideal atemporal*.

desenvolvimento no sentido da articulação de uma teoria própria dos preços e da concorrência pautada em fundamentos explicitamente materialistas e históricos².

Para que se possa avançar em qualquer tentativa de "prova" das assertivas acima, é preciso que se tenha uma efetiva clareza - que parece ter sido perdida por um número expressivo de participantes no debate - que Marx, enquanto arguto intérprete e crítico da Economia Política Clássica inglesa (e de Ricardo em particular), não apenas tinha absoluto domínio dos problemas intrínsecos a qualquer tentativa de fundar uma teoria dos preços a partir dos valores (enquanto "quantum de trabalho abstrato"), como *não subestimava de forma alguma este "problema"*, pensando-o como "um mero problema lógico", pretensamente solucionável a partir de qualquer novo *approach* algébrico-modelístico.

Já na primeira seção do Livro I d'*O Capital* (vale dizer, ainda ao nível da E.M.S., onde a questão da "transformação" sequer se colocaria), Marx anuncia, em mais de uma passagem, o caráter absolutamente estrutural das discrepâncias entre trabalho/valor/preço. No capítulo terceiro, por exemplo, este autor afirma de forma clara:

"A forma preço ... não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre grandeza e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias."

Este duplo afastamento - quantitativo *e qualitativo* - entre valor e preço reemergirá em mais de um momento do Livro I, sem, contudo, ser objeto de uma reflexão mais acabada em momento algum. Com este procedimento Marx apenas dá

2 Não será preciso dizer àqueles que dominam a bibliografia sobre o tema que este nosso ponto de vista corresponde, em seus traços essenciais, à perspectiva defendida por Mário Luiz Possas em seu artigo "Valor, Preço e Concorrência" (ao qual desde já remetemos aqueles que demandarem um resumo das principais posições teóricas que se fizeram presentes no debate da "transformação", bem como uma demonstração algébrica rigorosa da interpretação que aqui defendemos). Desde logo, tal coincidência de pontos de vista não deve surpreender, na medida mesma em que nossa própria dissertação pode ser lida como uma tentativa de desenvolver e demonstrar com rigor a assertiva de Possas (tão somente apresentada no artigo referido) de que "o trabalho é uma categoria que tem dimensão ontológica em Marx" (POSSAS, M.L. "Valor, preço e concorrência". *Revista de Economia Política*, vol. 2, nº 4, São Paulo: Brasiliense, out-dez de 1982, p. 77). Ao "trabalharmos a dimensão ontológica do trabalho", contudo, nos desviamos do âmbito próprio de investigação deste autor, o que, de resto, explica as diferenças

mostras de que, em sua interpretação, o tratamento sistemático da questão só poderia emergir na medida em que se colocasse plenamente como objeto as leis gerais de movimento e reprodução da economia mercantil sob regime de assalariamento. Afinal, é neste momento que pode ficar claro que

"Somente então, quando o trabalho assalariado se torna a sua base, a produção de mercadorias impõe a toda sociedade; mas também somente então ela desenvolve todas as suas potencialidades ocultas. Dizer que a interferência do trabalho assalariado falseia a produção de mercadorias significa dizer que a produção de mercadorias, para permanecer autêntica, não deve se desenvolver"³

Ora, se referirmos esta observação de Marx ao conjunto das suas observações em torno da relação valor-preço sob o capitalismo, revela-se, do nosso ponto de vista, a leitura *necessária* deste autor em torno da questão: esta é uma relação que comporta uma tensão/contradição absolutamente estrutural, que não pode fazer senão se desenvolver, e cujo desenvolvimento reflete de forma privilegiada o desenvolvimento do conjunto das contradições deste mesmo sistema.

Que esta leitura seja, mais do que pertinente, *desdobramento necessário* da construção marxiana o atesta sua total aderência tanto ao método quanto aos desdobramentos teóricos centrais de Marx. Afinal, o projeto científico do materialismo histórico-dialético pressupõe uma hierarquização e um desdobrar do conjunto das categorias que, para além de não se prenderem a determinações ideais (postas pela lógica não contraditória do entendimento), busca aprender logicamente um movimento histórico-concreto cujo "segredo" de desenvolvimento se encontra justamente *naquelas contradições básicas que as categorias fundamentais (e suas relações recíprocas) devem sintetizar e revelar*. E será justamente na observância do desdobrar destas contradições que Marx estruturará toda a sua leitura em torno do desenvolvimento da sociedade capitalista como um desenvolvimento contraditório assentado na busca não só de universalização como de *autonomização crescente frente às suas bases materiais imanes* dos processos correlatos de mercantilização e valorização/acumulação de capital.

de enfoque que eventualmente emergem na exposição que se segue *vis-à-vis* o referido texto de Possas.

3 Esta passagem - que já foi objeto de reprodução neste trabalho quando criticávamos a leitura de Banfi em torno da relação trabalho-valor - se encontra em MARX, K. *O Capital*. Livro I, Tomo 2. Op. cit. p. 169.

A centralidade que ocupa na obra de Marx a reflexão em torno do processo de autonomização da valorização capitalista *vis-à-vis* o próprio trabalho é, via de regra, amplamente reconhecida, na medida mesmo em que estrutura suas importantes contribuições em torno da mais-valia relativa, do desenvolvimento e reprodução do exército industrial de reserva, da tendência à queda da taxa de lucro e do desenvolvimento da valorização fictícia. Contudo, via de regra, esta discussão é cindida da própria discussão em torno da relação - a princípio e aparentemente tão pertinente - entre valor e preço. O fato mais curioso no interior deste movimento de "cisão" é que Marx (nem sempre com a ênfase e clareza que seriam necessárias, é verdade) tenha referido reciprocamente ambas as questões em mais de um momento. Um bom exemplo disto são as clássicas passagens dos *Grundrisse* em que este autor afirma:

"O *suposto* [da produção capitalista] é, e segue sendo, a magnitude de tempo de trabalho imediato, o quanto de trabalho empregado como o fator decisivo da produção de riqueza. Não obstante, *na medida em que a grande indústria se desenvolve*, a criação de riqueza efetiva se volta menos dependente do tempo de trabalho e do quanto de trabalho empregados, do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua vez ..., *não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção*, senão que depende mais especificamente do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção. *Na medida em que o trabalho em sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser sua medida, e portanto o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso.*"⁴

Como explicar que o eixo teórico claramente sinalizado em passagens como esta não tenha sido perseguido em momento algum pelos intérpretes mais conceituados de Marx? Quer nos parecer que a resposta - e a responsabilidade desta cisão - envolva dois movimentos distintos (ainda que interdependentes), dentro dos quais há que se distinguir a "contribuição" de Marx para este "quiproquó", da de seus intérpretes, tantas vezes (consciente ou inconscientemente) subordinados a um padrão lógico mais ricardiano (ou "estruturalista") do que propriamente marxista (ou "histórico-dialético") de por a questão.

4 MARX, K. *Grundrisse*. Op. cit., pp. 227 e 228 (os grifos são meus).

Marx planta a confusão - e, neste sentido, é o grande responsável pela mesma - ao intentar, no nono capítulo do Livro III, realizar uma transformação puramente algébrica dos valores em preços de produção. Os equívocos deste movimento não se restringem à inconsistência algébrica da própria transformação (universalmente reconhecida⁵), ou a uma inconsistência metodológica mais geral (por se estruturar em termos absolutamente a-históricos), mas avança ao nível de uma inconsistência teórica no interior mesmo do (no mínimo discutível) arcabouço metodológico adotado, uma vez que não se intenta dar nenhuma explicação dos mecanismos efetivos que, ao nível da consciência dos agentes envolvidos, levariam o sistema a deslocar seu padrão de reprodução dos valores para os preços⁶. Como se poderia explicar este "planetário de erros" em Marx?

Quer nos parecer que a resposta não seja tão complexa quanto poderia parecer. Em termos sintéticos ela se assenta sobre o reconhecimento de que Marx não consegue estruturar uma teoria dos preços, a despeito do fato de precisar de uma. Mais do que isto: Marx precisa de uma teoria dos preços (ou, pelo menos, de um modelo logicamente consistente de preços sistêmicos) que expresse no seu interior o vínculo orgânico entre o sistema de preços propriamente dito e o sistema de valores sobre o qual ele mesmo assentou todos os seus desenvolvimentos em torno das leis tendenciais do sistema capitalista. Expliquemo-nos.

Que Marx - como qualquer economista político - necessite de uma teoria de preços para estruturar sua leitura em torno da dinâmica mais concreta da economia capitalista (enquanto definida pela tomada de decisões de agentes

5 Até porque o foi pelo próprio autor.

6 Ou, dito de outra forma, tudo se passa como se "a redistribuição da mais-valia no interior de um sistema onde diferentes indústrias portam composições orgânicas do capital distintas", que é necessária à "perequação das taxas de lucro" *exigida pelos capitalistas*, se processasse independentemente de quaisquer *movimentos concretos dos agentes capitalistas ao nível das decisões de produção, investimento e ocupação de mercados*. A expressão mais clara da ausência desta reflexão em Marx (que, na verdade, nada mais é do que a *ausência de qualquer referência aos instrumentos efetivos da concorrência* na explicação de um movimento que, a princípio, *se impõe a partir desta mesma concorrência*!) é o fato de que se pressupõe que, ao final da "transformação" o sistema técnico de produção seja o mesmo que foi definido em termos de valores. O absurdo desta pressuposição não pode ser "resolvido", contudo, pela introdução em "modelos mais sofisticados" das reflexões ausentes em Marx. E isto porque tal movimento apenas eludiria o problema efetivamente central: o de que não há sistema capitalista-industrial que defina seu padrão técnico de reprodução em termos de "valores", transformando-se, posteriormente, a partir das sinalizações dadas pelos preços. O sistema, desde o início, já se estrutura com referência a preços, e estes, enquanto preços capitalistas, não correspondem - *estruturalmente* - aos valores.

capitalistas em movimento no interior de um mercado onde os *preços* são a medida do poder de comando e apropriação recíproca dos bens materiais), não pode restar a menor dúvida⁷. A questão, contudo, é que esta teoria de preços não pode ser uma teoria qualquer, mas deve se articular de tal forma com a teoria do valor - e, em particular, com a teoria da magnitude do valor - que o conjunto dos desenvolvimentos de Marx em torno da dinâmica geral do modo de produção capitalista *que se desdobram* (direta ou indiretamente) *da evolução recíproca entre valores das distintas mercadorias* (incluindo-se aí a mercadoria força de trabalho), *mostrem-se válidos quando se reconhece que as relações de intercâmbio efetiva não correspondem às quantidades de trabalho abstrato necessárias à sua reprodução*. Não será preciso dizer que uma tal demonstração não pode se encerrar no resgate da relação entre "trabalho, custo e preço"⁸, mas deve comportar a explicitação e demonstração dos vínculos estreitos entre a evolução da mais-valia e do lucro sistêmicos (este último entendido como a categoria síntese de apropriação capitalista ao nível do sistema de preços).

Como se isto não bastasse, em sua busca de estruturação de (na verdade um modelo mais do que) uma teoria dos preços, Marx se depara com duas tradições⁹ teóricas básicas, ambas de alguma forma referidas às obras de Smith e

7 Ainda que, como não deixa de lembrar Possas, o marxismo seja um campo tão fértil que, por vezes, as mais estapafúrdias idéias queiram se instalar e vicejar, ao abrigo das "escrituras" e através de representantes que, por se quererem "mais 'marxistas' do que o próprio Marx, ... renunciam à possibilidade do debate racional" (POSSAS, M.L. Op. cit., p. 75). Para este tipo de "intérpretes" é dogma de fé que, ou bem Marx tem uma teoria de preços e esta é a melhor que se pode constituir, ou bem Marx não a tem porque uma tal teoria é absolutamente desnecessária, e qualquer tentativa de constituí-la fere as regras do "bom método" e da "boa ciência". Com teóricos de tal calibre - na melhor das hipóteses prisioneiros de um idealismo essencialista e metafísico (o que os torna incapazes de alcançar a rica e complexa dialética das relações recíprocas entre aparência, essência e concreto) - o melhor a fazer é abrir mão de qualquer discussão.

8 Relação esta que é tão evidente ao nível intuitivo e "microeconômico", quanto insuficiente para definir uma trajetória de evolução de preços *relativos* e participação *relativa* de agentes econômicos num quadro dado qualquer de disponibilidade e utilização de recursos produtivos.

9 Na verdade, "duas tradições e meia", se se leva em conta as contribuições quase solitárias e não formalizadas (o que lhes retira qualquer força) de Samuel Bailey no sentido da construção de uma teoria dos preços relativos que não buscasse se assentar em uma teoria do valor (enquanto um "absoluto"). A similaridade do projeto de Bailey com o sistema de Sraffa é salientada por Napoleoni, que entretanto (e corretamente) reconhece ser "o esquema de Sraffa ... a primeira teoria dos preços totalmente formulada fora de uma teoria do valor" (NAPOLEONI, C. *O valor na ciência econômica*. Lisboa: Presença, 1980, p. 175). As críticas sistemáticas do projeto de Bailey se encontram no terceiro volume de MARX, K. *Teorias da Mais-Valia*. São Paulo: DIFEL, pp. 1180 e segs.

Ricardo. Uma primeira¹⁰, que irá resgatar a leitura de Smith dos preços como somatório das categorias de rendimento para, compondo-a com a descoberta de Ricardo de que trabalhos realizados em distintos períodos de tempo afetam os preços relativos de forma distinta (sendo mais "valorizados" aqueles pertinentes a um período mais remoto), desenvolver a teoria da "espera" enquanto custo primitivo e componente teórica dos preços em igualdade de condições com o trabalho. Ao lado deste "projeto de teoria", a escola clássica inglesa apresentava uma outra vertente, assentada na identificação do trabalho como *único custo social real*, e do lucro como categoria *derivada*, cuja emergência e magnitude é dependente da emergência de um excedente (não-custo) e da constituição do capital como um estoque de mercadorias avaliado por seus *preços* referidos a seus custos (que, "em termos reais", reduzir-se-iam a trabalho).

Ora, das duas tradições, a segunda não poderia deixar de aparecer para Marx como a portadora de maior consistência lógico-histórica. Afinal, ela não apenas se recusava ao engodo ideológico da teoria da "espera". Ela - pelo menos aparentemente - comportava a capacidade de expor, a partir de si mesma (vale dizer, sem qualquer mediação), a centralidade do trabalho e de sua abstração crescente (representada nos clássicos sob a forma de "trabalho genérico") no processo de constituição e desenvolvimento da riqueza capitalista enquanto propriedade e acumulação privada de riqueza abstrata. Num quadro como este, a "tentação" para que Marx se apropriasse deste sistema e buscasse resolver suas incongruências lógicas *dentro dos cânones lógicos que ele mesmo propunha* era grande demais até mesmo para um autor da estatura e "resistência" de Marx.

Se nos é permitida uma blague, diríamos que o preço de "se deixar cair em tentação", se mostrou incomensuravelmente maior do que o valor efetivo do sistema (de preços) incorporado. E isto não só por seus "custos" (já denunciados) no sentido de se perder (pelo menos imediatamente) a possibilidade de trabalhar a contradição **estrutural** valor/preço - *e seu desenvolvimento histórico-concreto* - enquanto instrumento teórico revelador (e medida mesma) da crescente disjuntiva

10 Que, a despeito do que pretende a interpretação mais tradicional (cultivada à direita e à esquerda, e sustentada pela caracterização da emergência da escola marginalista como uma "revolução" ou uma "catástrofe" inesperada), tornava-se crescentemente o *mainstream* da época, sob a batuta de Malthus, Say, McCulloch, Major Douglas e Nassau Senior.

entre trabalho e apropriação neste sistema¹¹. Tão importante quanto isto é o fato de que o "valor de uso" obtido a partir da entrega deste veio de investigação teórica se mostra nulo. E isto, antes de mais nada, porque a pressuposição de que o sistema de preços seja um sistema que se deriva logicamente do sistema de valores (ou, em termos ricardianos, das quantidades de trabalho necessário à produção do conjunto dos bens) é - como se sabe desde Sraffa - equivocada.

O que Sraffa demonstrou - a partir da obtenção formal do conjunto de preços relativos de reprodução de uma dada estrutura produtiva sem qualquer referência aos valores - é que a crítica de Bailey a Ricardo e seu projeto teórico (aparentemente insubsistente no plano discursivo não-formal) de fundação do sistema de preços relativos sem qualquer referência a medidas absolutas era logicamente viável e consistente. Os resultados desta *démarche* sobre o próprio ricardianismo enquanto projeto teórico e metodológico, contudo, são praticamente nulos, na medida em que, para Ricardo e seus seguidores, o valor absoluto correspondia tão somente a um *instrumento* (em si e por si secundário e descartável)

11 No caso da relação entre valor e preço no capitalismo, a cisão que se processa é entre a apropriação de trabalho abstrato e a apropriação de poder de compra. Esta cisão - que só cresce na medida em que a concentração e centralização de capitais heterogeneiza e instabiliza ao paroxismo a composição orgânica dos diversos capitais e seus movimentos de acumulação produtiva, tornando cada vez menos efetivos os limites à diferenciação das taxas de lucro intercapitalistas - só vem desenvolver a cisão e autonomização crescente entre trabalho-valor-dinheiro. Assim, na economia mercantil simples, o trabalho (realizado na coisa), o valor (trabalho abstrato apropriável) e o dinheiro (poder de comando sobre todas as coágulos de trabalho abstrato, ou "mercadorias") andam juntos. Na economia de transição para o capitalismo (de base assalariado-manufatureira) a separação entre o trabalho (realizado), o valor (trabalho apropriado) e o dinheiro (que ainda caminham juntos), é condição do processo de acumulação primitiva de capital. No capitalismo constituído e em desenvolvimento é o próprio dinheiro que se afasta crescentemente do valor. O desenvolvimento desta cisão implica: 1) não será apenas o desenvolvimento do fetiche a partir da consolidação de suas bases materiais-aparenciais (o lucro, mais do que nunca, parece emergir da "natureza", *até porque, de fato, emerge de uma certa "ordem social determinada" que não deixa de comportar a sua "naturalidade"*); 2) o desenvolvimento da instabilidade crônica da "ordem" burguesa, na medida em que o processo de apropriação de valor de troca se autonomiza da forma material mais determinada - que é o trabalho abstrato - que aparece como uma base primitiva (no duplo sentido de "fundante" e de "débil") de valorização se comparada as "novas" bases (científicas e financeiras, p. ex.); e - o mais importante de tudo - 3) o desenvolvimento desta cisão é o desenvolvimento da *luta de classes* no interior do sistema, na medida em que, *contraditoriamente*, a cisão entre dinheiro (enquanto índice de apropriação) e valor (índice social da produção) corresponde à *posição do trabalho abstrato* como concreção histórica capitalista. Neste sentido, a sociedade que autonomiza a apropriação de riqueza abstrata em relação à apropriação de trabalho abstrato, só pode fazê-lo a partir da constituição efetiva do trabalho abstrato, e, portanto, do desenvolvimento da igualação efetiva dos homens e do desenvolvimento de sua consciência crítica-igualitária. Voltaremos a este ponto mais adiante.

para a obtenção dos próprios preços. Diferentemente, não se pode pretender o mesmo para Marx, em cujo sistema o **valor** ocupa um papel de fundador e organizador de toda a leitura em torno da ordem capitalista.

É a correta apreensão desta centralidade do valor no interior da leitura de Marx que determinará a emergência de toda uma crise no campo da economia política marxista a partir da obra de Sraffa. Num primeiro momento, buscou-se enfrentar esta crise a partir do recrudescimento dos esforços "transformacionistas", instrumentalizados pelas inovações formais presentes no modelo de preços de Sraffa. Um tal programa de trabalho, contudo - e por mais bem sucedido que possa ser a nível algébrico-formal -, padece de um problema de origem: a aceitação apriorística de que "transformar é preciso"¹². Na realidade, "pensar é preciso", mais especificamente pensar qual o **sentido teórico** de qualquer "transformação" a partir do momento em que se admite que: 1) são os preços e não os valores que orientam a ação e a tomada de decisões conscientes dos agentes capitalistas no interior do sistema; e 2) estes preços se definem *imediatamente* a partir de uma dada estrutura técnica de produção onde se explicitam as relações recíprocas de intercâmbio entre os distintos agentes capitalistas.

Se estas questões são postas e enfrentadas adequadamente, fica claro que nenhuma transformação se faz necessária. O que se impõe, na verdade, é o rompimento da "aliança" feita por Marx entre sua própria teoria do valor e a teoria estritamente ricardiana dos preços¹³. A condição para que este rompimento se faça

12 Na verdade, o desenvolvimento de uma estrutura analítica capaz de realizar a transformação de valores em preços sem ambiguidade, e de tal forma a igualar os somatórios de lucros/mais-valia e preços/valores, é intuitivamente bastante razoável e não comporta qualquer contradição. Afinal, os sistemas de preços e de valores se articulam necessária e imediatamente através da estrutura técnica de produção que lhes serve, a ambos, de base. "O problema é que" - como diz Possas (referindo-se especificamente aos exercícios de Morishima e Catephores, de interpretação da transformação como um processo de Markov) -, "pelo que se pode depreender trata-se apenas de um algoritmo para proceder a uma passagem iterativa de valores a preços que não tem em si mesmo qualquer justificativa econômica ou teórica, exceto ... cumprir a 'vontade' de Marx" (POSSAS, M.L. Op. cit. p.99, nota 85).

13 Que é, numa formalização distinta, a teoria apresentada por este autor no capítulo nono do Livro III. Aliás, não será ocioso dizer que, na medida em que a formalização de Marx (e seus problemas) abre espaço para a contribuição de Bortkiewicz, cujas similaridades com o modelo de Sraffa são notórias, há uma linha de desenvolvimento de um modelo de preços de reprodução que une estes quatro autores. Neste sentido, a contribuição de Marx *em torno dos preços* se constitui em um momento (ainda que, num certo sentido, "negativo") de desenvolvimento da moderna teoria neo-ricardiana, que, pretensamente, teria posto em crise seu próprio sistema maior.

sem colocar em crise *efetivamente* o conjunto do sistema de Marx, é que a nova teoria (ou "modelo") de preços adotada comporte a comprovação - tal como o fazia o modelo ricardiano - da validade dos desenvolvimentos teóricos deste autor estruturados (diretamente no interior dos Livros I e II de *O Capital* e indiretamente - através da mediação de sua problemática teoria dos preços - no Livro III) ao nível dos valores. Ora, o sistema de preços de Sraffa admite esta comprovação sem quaisquer problemas, como o demonstram exaustivamente os (em si equivocados) exercícios de transformação levados a efeito por um conjunto já expressivo de autores. Ou, em outras palavras, o subproduto natural - *e positivo* - de todo o "afã transformacionista" que tomou conta dos economistas neo-marxistas de meados da década de 60 ao início dos anos 80 foi a comprovação da simetria estática e "dinâmica"¹⁴ entre os sistemas de preços e valores¹⁵.

Ora, mas se o exposto acima corresponde à verdade, caberia perguntar, então, por que a grande maioria dos autores que se colocam no campo do marxismo insistem em perceber a transformação como uma necessidade e, conseqüentemente, como um problema. A resposta a esta questão não é fácil, e passa necessariamente pela profunda crise que envolve o próprio projeto materialista histórico e dialético nesta segunda metade do século XX e que, no seu desdobrar (inclusive prático-político, com os rebatimentos da implosão das economias de "socialismo real") veio a revelar a enorme fragilidade de compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos mais essenciais deste projeto por parte de alguns de seus intérpretes mais conceituados.

14 Num sentido não rigoroso do termo, uma vez que, na verdade, tomamos por referência os exercícios de "estática comparativa" levados a cabo por aqueles autores que buscam demonstrar a simetria da evolução de preços e valores, e lucros e mais-valia, supostas determinadas alterações no padrão técnico produtivo. A razão que nos leva à utilização do termo "dinâmico", contudo, é a percepção de que, a princípio, não haveria obstáculo para desenvolver a demonstração desta simetria essencial também em termos propriamente dinâmicos. O que ficaria por definir, contudo, seria a relevância de um tal exercício, uma vez que os sistemas de preço de reprodução (no correto sentido definido em POSSAS, M.L. Op. cit., p. 89 e segs.) são, eles mesmos, pertinentes a um nível de abstração e investigação que toma a concorrência apenas em suas determinações mais essenciais (enquanto condição imanente da própria ordem mercantil), e não em suas determinações ativas e disruptivas que tornam a formulação de uma teoria dinâmica uma necessidade efetiva.

15 Para uma demonstração rigorosa da pertinência recíproca dos sistemas de preços e de valores a partir de sua base comum no sistema técnico de reprodução, vide POSSAS, M.L., Op. cit., p.94 e segs.

Especificamente ao nível da "economia política marxista" contemporânea, o que o debate em torno da transformação e da relação Marx-Sraffa¹⁶ veio a revelar foi o quão profundamente generalizada era a leitura e interpretação "ricardiana" da obra de Marx neste meio. De fato, a maior parte dos autores enfrentou a crise da teoria ricardiano-marxista dos preços como implicando uma crise mais geral da teoria econômica marxista. E se buscamos investigar o que fundamenta este tipo de interpretação, o que fica claro é que, para a grande maioria dos intérpretes (mesmo quando não explicitam este ponto de vista) *é a teoria dos preços de Ricardo que fundamenta 'cientificamente' os conceitos de trabalho abstrato, alienação e exploração em Marx*. Tudo se passa como se Marx fosse um "ricardiano de esquerda", que *partisse* da teoria dos preços deste autor para constituir **todo** o seu sistema teórico. Assim, se os preços - e, mais importante do que tudo, o lucro global (enquanto categoria pertinente ao sistema de preços) - não correspondem diretamente (ou a partir de mediações simples, algebricamente consistentes, e "não contraditórias" em qualquer sentido) aos valores e à mais-valia global, então estas últimas categorias perdem todo e qualquer sentido e consistência científica, para se transformarem em "puros sofismas de um quidproquo dialético"¹⁷.

O que organiza esta leitura, na verdade, é a concepção de que o trabalho é, em Marx (como em Ricardo), um "ponto de chegada", vale dizer, uma categoria que só adquire relevância teórica na medida em que **emerja** a partir de um processo de **análise** das "categorias propriamente econômicas" como a "essência" (por definição "a-histórica", "imaterial", e "não-contraditória") destas últimas.

16 Para uma amostra representativa deste debate vide GAREGNANI, P. (org.). Op. cit.

17 Caberia dizer "em defesa destes intérpretes" que o que orienta suas próprias posições teóricas é uma preocupação - em si mesmo correta - de fundar os desenvolvimentos teórico-categoriais de Marx em bases "propriamente científicas", com vistas, até, a enfrentar de forma consistente aqueles críticos que pretendem identificar a construção teórica deste autor a uma estrutura (complexa e sofisticada, é verdade) de bases ideológicas e ético-filosóficas. O problema se encontra "apenas" no fato de que as "bases científicas" que tais "marxistas" pretendem imputar a Marx *são exatamente aquelas que correspondem à estrutura metodológica e teórica da economia política que Marx buscava criticar!* É fácil de entender, assim, como "defensores" de tal calibre podem chegar ao absurdo de pretender que a fundação científica da teoria da exploração em Marx passaria pela comprovação da identidade algébrica dos somatórios de mais-valias e lucros, obtidos a partir da manipulação de sistemas teórico-ideais de valores e preços de reprodução. Evidentemente, não será preciso esclarecer aqui que não é sob uma tal "base" que Marx trata de comprovar que *a valorização do capital se assenta sobre sua*

Evidentemente, não ocorre aos defensores desta perspectiva questionar o que sejam as "categorias propriamente econômicas" das quais se deveria partir para, eventualmente (e só eventualmente), se chegar ao trabalho. Na esteira mesma do pensamento ricardiano - e de seu mais fiel discípulo, Stuart Mill -, tais categorias são extraídas, por observação e análise, do âmbito próprio da ciência econômica, vale dizer, do movimento imbricado de distribuição/circulação dos bens materiais. Lucro, juro, salário, renda da terra e preços são, assim, os legítimos pontos de partida; são aquelas categorias que organizam e definem a pertinência de quaisquer outras, a partir do critério único de se encontrarem diretamente (ainda que não necessariamente "de forma imediata") referidas a si próprias.

Ora, não será preciso dizer o quão longe esta leitura se encontra da nossa própria, e - tal como o pretendemos demonstrar ao longo de toda esta dissertação - da leitura de Marx. Como este autor exaustivamente buscou explicar ao longo de sua obra, o trabalho é um ponto de partida necessário da Economia Política. E isto não porque a ciência econômica - "como qualquer outra ciência" - se embasaria em uma "filosofia" que seria anterior e dela fundadora¹⁸. O trabalho é este fundamento na medida mesma em que é ele, em seu processo histórico de objetivação-alienação-abstração, que estrutura o desenvolvimento das formas de produção e sociabilidade humanas.

Ora, isto é dizer que a própria sociedade mercantil (assim como o conjunto das "categorias econômicas definidas na esfera da circulação e da distribuição" que lhe são pertinentes) só pode ser entendida quando referida ao trabalho e a seu processo de abstração. Mais do que isto - e indo direto ao ponto que nos diz respeito aqui - , é dizer que *o processo de abstração do trabalho - levado até o seu limite superior da posição concreta do trabalho abstrato - é a condição e o fundamento dos preços enquanto categoria das economias mercantis.*

A importância deste último desenvolvimento não pode ser subestimada de forma alguma. Afinal, é de sua incompreensão radical que se articula a pretensão

capacidade de controlar a força e o processo de trabalho de tal forma a levar este último para além das necessidades de reprodução da própria classe trabalhadora!

18 Como até pretenderiam alguns dos "marxistas neo-ricardianos" que, na ânsia de "salvar Marx", imputam a este autor e a seu objeto uma caracterização filosófica que ele tantas vezes recusou. Mais uma vez o que se quer é defender a consistência das teorias do fetiche, da alienação, da exploração e da luta de classes. E na medida em que não se pode fazê-lo apelando para Ricardo, apela-se para Hegel (quando não para a metafísica mais vulgar).

para nós é tão somente o fato de que este sistema "tão simples e claro", até mesmo por esta sua simplicidade (que envolve a *pressuposição* de todo um conjunto de determinações não explicitadas e que constituem o objeto marxiano por excelência), é capaz de gerar tanta (ou mais!) confusão quanto esclarecimento. Efetivamente, na rapidez do movimento de Sraffa, a impressão que fica é a de que os preços emergem "naturalmente" do sistema, como se fossem atributos "imanentes e necessários" do mesmo. Contudo, é absolutamente elementar o fato de que este mesmo sistema econômico poderia igualmente existir e garantir sua reprodução sem a emergência e a interveniência dos valores de troca encontrados por Sraffa. Em particular, poder-se-ia imaginar que os agentes produtivos dos distintos ramos intercambiassem diretamente - e sem qualquer necessidade de "comércio triangular" os valores de uso demandados reciprocamente. Assim as relações de troca efetivamente realizadas seriam:

- 1) entre o setor de trigo e ferro: 90 at <--> 12 tf
- 2) entre o setor de trigo e porcos: 120 at <--> 18 p
- 3) entre o setor de ferro e porcos: 3 tf <--> 12 p

A única peculiaridade deste sistema se encontra no fato de que aqui os valores de uso não são mercadorias - vale dizer, *não são valores* -, com o que suas relações de intercâmbio não são "valores de troca". Isto se expressa desde já no fato de que estas relações de troca não podem ser representadas a partir de uma **igualação** dos valores de uso intercambiados. Fazê-lo pressuporia a abstração de seus valores de uso e seu reconhecimento como aquilo que não são, como puros valores. Só assim se poderia transformar um dos valores de uso presentes na relação de intercâmbio em medida do valor do outro, reduzindo-o à unidade. Mas isto implicaria a pressuposição de que as relações de intercâmbio são universais no interior do sistema (sem o que nenhum valor de uso pode assumir a função de medida ou de dinheiro, sequer em sua dimensão mais elementar de unidade de conta ou numerário). Que este não seja o caso no exemplo acima é um fato absolutamente elementar que se depreende com facilidade²¹.

21 Assim é que se se intentasse trabalhar este sistema de intercâmbio como um sistema de valores baseados na troca simples ou direta, cairíamos rapidamente em absurdos. Por exemplo:

A questão substantiva, contudo, é a de quais são as determinações que levam um sistema a se reproduzir sob a forma mercantil. A resposta, evidentemente, não pode ser encontrada em qualquer "naturalidade" deste sistema²². Na realidade esta resposta só pode ser encontrada, tal como pretendia Marx, a partir do apreensão teórica do processo de abstração do trabalho. Senão, vejamos.

Se se observa o sistema de intercâmbio não mercantil apresentado acima, fica claro que sua condição de sustentação se encontra na circunscrição do próprio processo de intercâmbio. Vale dizer, ele só pode se impor na medida em que não é dado ao conjunto (e a cada um) dos agentes produtores do sistema o direito e o poder de realizarem intercâmbios com distintos produtos na busca de auferir vantagens econômicas privadas. Isto, em termos das sociedades pré-capitalistas, equivale a circunscrições de mobilidade econômica que se assentavam em padrões rígidos de estratificação social, em que a determinadas "castas" (ou "raças", ou "clãs", ou "estamentos", ou "etnias") correspondia um único e determinado padrão de inserção produtiva. A superação destas circunscrições em direção a uma maior mobilidade econômica dos agentes sociais pressupõe a abstração dos signos denotadores das diferenças entre os distintos membros do corpo social e sua subordinação a novos signos capazes de expressar a igualdade (vale dizer, a indiferença) substantiva destes mesmos agentes.

O que Marx procurou explicar ao longo de sua obra é que o instrumento e a condição desta "igualação" é o desenvolvimento do processo de objetivação-alienação-abstração do trabalho. Somente uma sociedade na qual este processo tenha atingido um grau de maturação expressivo pode passar a se reproduzir a partir dos elos sociais definidos pela ordem mercantil. E isto até mesmo porque é esta abstração do trabalho que permitirá a *comparabilidade dos mesmos*, condição primeira para a estruturação de uma mobilidade mercantil do trabalho baseada em uma racionalidade instrumental de comparação de "custos e benefícios" de ingresso neste ou naquele setor.

da terceira equação de intercâmbio, se extrairia que $4 \text{ p} = 1 \text{ tf}$; da segunda, que $6,66 \text{ at} = 1 \text{ p}$ (com o que $4 \text{ p} = 26,66 \text{ at}$); e da terceira, que $7,5 \text{ at} = 1 \text{ tf}$ (com o que $7,5 \text{ at} = 4 \text{ p}$). Ora, como pode ser que 4 porcos sejam, simultaneamente, "iguais" a 7,5 arrobas de trigo e a 26,66 arrobas de trigo? Tal resultado é absolutamente contraditório, e apenas revela que "porcos" e "trigo" (assim como ferro) não se "igualam" em um sistema que não é um produtor de valores.

Ora, se isto é verdade, fica claro então o que estrutura em Marx a pressuposição da anterioridade do valor em relação aos preços. Esta anterioridade se baseia não apenas na **anterioridade do trabalho** e de seu processo de abstração *vis-à-vis* a **ordem mercantil**, como, igualmente, na anterioridade lógico-histórica da emergência da avaliação de um certo produto como "puro coágulo de trabalho" (**valor**) sobre os **preços** enquanto instrumento mediador **efetivo** do processo de reprodução social. Revela-se, assim, mais uma vez (e quiçá agora em sua máxima clareza), o fato para o qual procuramos atentar ao longo de todo este trabalho: que o desdobrar das categorias básicas de *O Capital* (Trabalho - Valor - Dinheiro - Capital) não segue determinações "puramente lógicas", mas rigorosamente "lógico-históricas".

É evidente que com os desenvolvimentos acima não pretendemos afirmar (o que estaria em absoluta contradição com aquilo que afirmamos anteriormente) que Marx estruture uma "teoria dos preços" em *O Capital*. Queremos dizer tão somente que, ao estruturar uma teoria do valor, estrutura simultaneamente (e nem poderia ser diferente) os **fundamentos necessários** de uma teoria dos preços. Fundamentos estes que, justamente por faltarem a Sraffa e ao conjunto dos neo-ricardianos, inviabiliza qualquer caracterização do "*modelo* de preços" que articula esta escola como uma "teoria dos preços". A não ser que se pretenda elevar afirmações absolutamente fetichistas (para não dizer vazias de conteúdo) do tipo "os preços são um atributo da estrutura produtiva" (*sic*) à categoria de "teoria"²³.

22 Até mesmo porque, como o exemplo acima explicita de forma simples, o sistema mercantil Pressupõe um sistema de trocas muito mais complexo (no caso, um processo generalizado de intercâmbio, que requer a transformação prévia de alguma mercadoria em dinheiro).

23 Para aqueles que defendem esta perspectiva não se pode fazer mais do que recomendar a leitura das críticas de Marx a Bailey, onde aquele afirma "... Bailey é fetichista uma vez que, embora não considere o valor propriedade da *coisa* individual (observada isoladamente), concebe-o como *relação das coisas* entre si, quando o valor é apenas configuração nas coisas, expressão coisificada de uma relação entre seres humanos, de uma relação social, o relacionamento dos homens em sua recíproca atividade produtiva" (MARX, K. *Teorias da Mais-Valia*. Op. cit., p. 1201.) E, denunciando o caráter auto-contraditório da teoria de Bailey que se pretende crítica de uma teoria do valor absoluto: "O sabichão converte portanto o valor em algo absoluto, 'propriedade das coisas', em vez de ver nisso algo relativo, a relação das coisas com o trabalho social que assenta sobre a troca privada, no qual as coisas são determinadas como meras expressões da produção social e não como algo independente" (Idem, p. 1185). Caberia observar ainda que é na crítica a Bailey que a defesa de Marx - absolutamente correta do nosso ponto de vista - do valor como substância fundante da própria comensurabilidade das coisas se impõe com a máxima clareza.

Para finalizar, caberia uma breve discussão do que poderia e deveria ser, do nosso ponto de vista, uma teoria dos preços no interior do projeto teórico marxista. Desde logo fica claro (pelo exposto acima) que esta não pode ser pensada a partir do "modelo" de preços neo-ricardiano. A bem da verdade, se este modelo é instrumental para (em substituição à teoria ricardiana) se obter a comprovação da consistência lógica e pertinência das leis gerais de movimento do capital em Marx (desenvolvidas ao nível dos valores) a um sistema de preços de reprodução, não há como negar que este mesmo modelo é totalmente incapaz de se constituir em base de uma reflexão mais abrangente em torno dos preços. Tanto mais quando se pretende que uma tal reflexão só pode alcançar o estatuto de teoria se for histórica e, portanto, capaz de (em consonância com o desenvolvimento do processo de objetivação-alienação-abstração do trabalho) expressar, nos "afastamentos" estruturais e necessários dos "preços" em relação aos "valores" (bem como aos "valores de troca" e aos "preços de reprodução"), todo um conjunto de contradições internas às formações econômicas geradoras destes "índices sociais de reprodução material".

Ora, neste sentido, o ponto de partida necessário de uma teoria dos **preços** não pode ser outro de que o reconhecimento que, sob esta categoria econômica aparentemente "simples e primitiva", se articula (e se oculta) todo um conjunto complexo, multideterminado e historicamente díspar de relações e padrões de intercâmbio entre "coisas" também elas díspares ("valores de uso", "mercadorias", "dinheiros", "fazeres", etc.). Daí se segue que, sem deixar de ser verdadeira a assertiva de que os **valores** (e sua teoria) antecederam e fundam os **preços** (e sua teoria) nos sistemas mercantis, os "preços" em seu sentido mais geral "antecedem" e "sucedem" os próprios valores, acompanhando e denunciando - como uma estrutura paralela - o desenvolvimento contraditório deste. Expliquemo-nos.

Do nosso ponto de vista, uma teoria de preços fundada verdadeiramente no valor - ou seja, que tenha por base a dimensão estruturante das relações sócio-econômicas do trabalho - só pode ser uma teoria histórica (mais do que puramente "dinâmica") dos preços. Queremos dizer com isso que, como **forma** aparente das regras de intercâmbio, os preços têm existência distintamente determinada ao longo da história; podendo aparecer como "mero artifício das trocas" (Aristóteles), como "quantum 'ideal' de trabalho abstrato socialmente necessário"

(economia mercantil simples), ou mesmo como um "índice de antecipação da valorização futura esperada" que é crescentemente desligada do trabalho presente e passado incorporado aos bens e dos "custos de reprodução" destes mesmos bens (como no capitalismo moderno).

No primeiro caso não há substância que iguale os trabalhos dos indivíduos e torne possível a compreensão de um "valor-trabalho"²⁴. No segundo, a igualação entre valor e preço é, mais que possível, necessária para a definição dos papéis sociais numa economia mercantil simples. Ou seja, a independência pessoal (mas interdependência social via mercado) só se sustenta na troca de trabalho igual por trabalho igual, que é, por sua vez, garantida apenas enquanto não se processa a evolução dessa forma de sociedade para uma economia mercantil desenvolvida ou capitalista. Este desenvolvimento, como enfatizou Marx, "falsearia" a lei do valor²⁵. No terceiro caso, a abstração (negação) do trabalho vai tão longe que os preços presentes definidos pelos agentes econômicos rompem de vez com a igualação dos trabalhos como norma de intercâmbio. O tempo de trabalho cede lugar ao tempo (mais abstrato ainda) da valorização futura trazida ao presente a partir de cálculos de expectativas cuja base apenas secundariamente diz respeito à concreticidade do passado (custos). Antecipação do valor futuro de um ativo - que só é rentável nessa sua relação com o tempo - informa desse modo os preços mais do que qualquer outro cálculo, a despeito da "segurança" deste *vis-à-vis* a "incerteza" daquela²⁶.

24 Assim, tal como no comércio "bufarinheiro" medieval, levado a cabo por judeus e outros excluídos da ordem estamental dominante, há já "preços" e "dinheiro"; mas estes emergem como "categorias ante-diluvianas", referidas suas expressões relativas de poder de comando social mais ao complexo e diversificado ordenamento político e jurídico feudal do que a qualquer quantidade de trabalho coagulada nos bens.

25 Não é preciso dizer das dificuldades de existência histórica de uma sociedade nessas condições, que se funda na exigência de que o padrão de circunscrição social pré-mercantil não seja mais dominante e que o padrão típico de diferenciação e circunscrição social mercantil (pautado na apropriação, concentração e centralização privada de meios de produção) não se imponha (ainda). O que não significa que acreditemos que esta não possa ter sido historicamente existente. O desenvolvimento da produção mercantil independente na crise do feudalismo ocidental articula todo um conjunto de formações econômicas e sociais diferenciadas onde o sistema de produção típico da EMS se faz presente. Neste sentido - como bem o salienta Marx - a economia norte-americana pré-capitalista é o exemplo mais típico de existência - ainda que rápida e transitória - dessa forma de sociedade.

26 Nesse sentido, a incorporação das contribuições de Keynes - inclusive no que diz respeito à sua teoria do dinheiro - à formulação de uma teoria ("marxista") dos preços se mostra muito mais importante e frutuosa do que qualquer referência a Ricardo e aos neo-ricardianos.

Ora, o entendimento da necessidade de uma teoria dos preços como uma teoria histórica (nos termos explicitados acima) não se encerra em si mesma, mas conduz, igualmente, à exigência de que esta seja também uma teoria "geopolítica" (no sentido de diferenciada ao nível geográfico (espacial, territorial, nacional), político, e institucional). A partir desta exigência o que se faz não é apenas resgatar uma dimensão "política" que os preços "sempre" comportaram e significaram. Mais do que isto, busca-se resgatar nos preços a sua dimensão de mediação e reflexo do processo mais global de reprodução capitalista a partir de sua objetividade concreta como "diversos capitalismos". Assim, as relações de dependência, as disputas pela hegemonia e "subordinação privilegiada" no âmbito internacional, tanto quanto os múltiplos mecanismos políticos de controle do mercado e adestramento dos conflitos de classe, assim como todo um conjunto de lutas (inter ou intra-classes) pela apropriação do excedente que se processam em espaços que transcendem ao mercado, imprimem um conjunto de determinações mais do que conjunturais aos preços²⁷.

Sem dúvida, este não é o espaço e o momento adequado para o desenvolvimento dessas questões. De fato, esperamos que outros o façam. Outros que, como nós, desejem, mais que *invocar* o marxismo, efetivamente usá-lo.²⁸

27 Apenas como exemplo que nos ajuda a esclarecer o nosso ponto de vista, a inflação é um dos fatores que não passaria, nessa leitura, de mera anomalia de certos capitalismos em conjunturas muito específicas, mas ao contrário seria vista como elemento **constitutivo** dos mesmos.

28 De certo modo, um dos efeitos positivos da crise do pensamento e das realizações políticas inspiradas em Marx, foi a incapacidade que mostraram seus "seguidores" de resguardá-lo da crítica. Esses usavam uma "estratégia" interessante para o estabelecimento deste (nefasto) propósito, que se baseava, entre outras coisas, na não utilização do *método* marxiano, e no deslocamento do *objeto* de Marx - o próprio capitalismo (e o socialismo apenas como negação racional e materialmente posta deste) - para um plano último ou para nenhum plano. Compactuavam, desse modo, com o pensamento mais retrógrado, tanto ideológica quanto cientificamente.